

A EPÍGRAFE LATINA COMO ELEMENTO DIDÁCTICO (XXXVI) UMA SINGULAR PLACA FUNERÁRIA DE TRÓIA (GRÂNDOLA)

**THE LATIN EPIGRAPHY AS A DIDACTIC ELEMENT (XXXVI)
A ROMAN SINGULAR EPIGRAPHIC MONUMENT OF TRÓIA
(GRÂNDOLA - PORTUGAL)**

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

CEAACP – UC

JDE@FL.UC.PT

ORCID.ORG/0000-0002-9090-557X

85

ARTIGO RECEBIDO A 17/01/2019 E APROVADO A 29/01/2019

Resumo: Prosseguindo a série que visa mostrar como, a partir de um monumento epigráfico, se pode aprender um Latim vivo, faz-se brevíssima síntese histórica acerca do sítio arqueológico de Tróia, donde proveio a placa funerária romana a estudar. Esse estudo permitiu avançar uma proposta de restituição do texto incompleto. Por outro lado, a singularidade da decoração deu azo a que se reflectisse sobre a possibilidade de vir a conhecer-se o seu real significado.

Palavras-chave: IRCP 223, Tróia, epigrafia funerária, decoração funerária, ofícios.

Abstract: This series has as objective to show how the epigraphic monuments are interesting vehicle to learn Latin. In this paper, the

study of a funerary epitaph from Tróia (Grândola, *conventus Pacensis, Lusitania*) documents the practice of the epigraphist to reconstitute an incomplete text and, in the other side, the study of the real significance of his singular decoration.

Keywords: IRCP 223, Tróia, Roman funerary epigraphy, funerary decoration, professions.

1. TRÓIA – UM SÍTIO COM MUI LONGA HISTÓRIA

Quiçá não erre se considerar Tróia (no litoral da freguesia de Carvalhal, concelho de Grândola) um dos sítios romanos mais citados na história da Arqueologia portuguesa.

Grande foi o interesse demonstrado pelo ilustrado rei D. Fernando II (1816-1885), consorte de D. Maria II, em relação às escavações aí realizadas, que levariam, inclusive, à criação da Sociedade Archeologica Lusitana. Nesse espírito – que era, de resto, o da época, excitado pelo que de verdadeiramente extraordinário se estava a encontrar em Pompeia – foi grande o entusiasmo em torno das descobertas em Tróia, uma vez que se antojava a possibilidade de aí poder vir a nascer uma “Pompeia portuguesa” (Fabião 2012: 86-93).

Hoje devidamente salvaguardado e cuidadosamente preparado para receber o visitante, mercê do empenho da empresa turística Tróia Resort, o sítio dispõe de uma equipa de arqueólogos, que gere eficazmente não apenas o centro de interpretação e o percurso de visita como a organização de eventos que ajudam o público a melhor compreender o significado histórico e o alcance patrimonial dessas reabilitadas ruínas.

Longa e cheia de altos e baixos foi até aqui a vida do local, de cuja destruição se chegou a temer (Silva & Cabrita 1967). Desconhece-se que nome teria na época romana e, até mesmo, o estatuto que lhe poderia ter sido dado nesses remotos tempos. Crê-se que o seu nome actual poderá estar relacionado com a designação dada a uma armação de

pesca bastante usada aí, como sugeriram investigadores franceses (apud Alarcão & Barroca 2012: 340); discutiu-se, sobretudo na década de 50, se não se teria localizado nessa península a cidade de *Caetobriga*, referida nos itinerários e nos autores antigos (Castelo Branco 1956); os achados arqueológicos em Setúbal levaram, porém, a dar como certa a identificação de *Caetobriga* com essa cidade do estuário do Sado (Alarcão & Barroca 2012: 314). A luta pela preservação das ruínas pode dizer-se que foi quase titânica (Castelo Branco 1963), realizando-se amiúde escavações cujos resultados nem sempre foram publicados. Recorde-se a atenção que lhes deu D. Fernando de Almeida e discípulos seus, como António Cavaleiro Paixão e outros estudantes por ele formados em Arqueologia, na Faculdade de Letras de Lisboa: Elisabeth Cabral estudaria as lucernas (1976); Luísa Abreu Nunes, as moedas (1974-1977). No âmbito da preparação de IRCP, as questões populacionais interessaram-me grandemente (1984).

Será, contudo, no decorrer da década de 90, que a equipa do Centre Pierre Paris, após ter escavado uma cidade (*Conimbriga*) e uma *villa* romana (S. Cucufate), em colaboração com o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, se dirige, isolada, para um 3º itinerário, o da produção (Étienne & Mayet 1997), no âmbito do qual dará a Tróia o elevado estatuto de “grande complexo industrial” (Étienne, Makaroun & Mayet 1994), notável, mesmo a nível do mundo romano, pela sua preparação de *garum* e de preparados de peixe (Étienne & Mayet 2002).

Por fim, cumpre referir que Tróia merece, no *Dicionário* atrás citado, elucidativa síntese, de que se transcreve a seguinte passagem, que vem após a informação de que um dos problemas arqueológicos de Tróia é o facto de as necrópoles se encontrarem “em área urbana, não havendo a clara distinção, normal nas cidades romanas, entre a área habitada e os cemitérios, que normalmente ficavam na periferia”:

“Para além de sepulturas modestas, conserva-se um columbário. Há ainda sepulturas do tipo das *mensae* funerárias. A epigrafia revela vários escravos e libertos, por vezes em placas que seriam inseridas em monumentos do tipo das *cupae*, feitos de alvenaria” (*ibidem*, p. 339).

Jorge de Alarcão estaria, certamente, lembrado do que se vê nas necrópoles de Isola Sacra, Óstia (Fig. 1), as pequenas placas encastradas em túmulos que assumem formas diversas; certo é, porém, que o achado, em Tróia, de um altar de argamassa e tijolo com uma dessas placas no fuste (Fig. 2) veio mostrar que nem sempre os epigrafistas podem ser peremptórios, quando, por exemplo, garantem que delicada placa pequena é tampa de lóculo de columbário.

Também a identificação das referidas *mensae*, acrescente-se, constituiu uma surpresa (Almeida, J. e A. Paixão 1978).



Fig. 1 - Cupa de argamassa na Isola Sacra com placa no frontespício.



Fig. 2 - Altar de argamassa com placa no fuste.

2. UM MONUMENTO SINGULAR

Caberia aqui o relance pelos monumentos epigráficos de Tróia. Sucede que se poderá vê-lo quer no singelo artigo atrás citado sobre a população, quer em IRCP (p. 275-292), quando Tróia pertencia à freguesia de Melides. E debruçar-nos-emos sobre um desses casos (IRCP 223), então inédito, aproveitando-se o ensejo para corrigir a leitura que, por lapso, foi apresentada em 1984, lapso de que me não apercebi na revisão e que, apesar de ter sido corrigido no aditamento (Encarnação 1986: 100), o monumento não entrou no circuito científico e, desta sorte, a sua inclusão virá agora a ser possível.

Trata-se de uma pequena placa de lumachela cretássica rosada, de diminuta espessura, sem molduração e muito fragmentada, quase tendo constituído um ‘milagre’ o achamento de tão minúsculos fragmentos – e nem todos terão sido encontrados. Há informação de que a descoberta ocorreu aquando dos trabalhos arqueológicos levados a cabo em Tróia por iniciativa de Manuel Heleno, na sua qualidade de director do Museu Etnológico José Leite de Vasconcelos (actual Museu Nacional de Arqueologia).

Certamente devido à sua pequenez, perdeu-se no museu o seu rasto, aquando da reorganização nele levada a efeito na 2ª metade dos anos 70, pelo que já me não foi possível proceder às medições habituais. Resta-me uma boa fotografia (Fig. 3), da autoria de Guilherme Cardoso.



Fig. 3 - A epígrafe.

Na l. 1, a invocação aos deuses Manes. Poder-se-á discutir o uso, aqui, do termo invocação, por invocação sugerir o vocativo e ser corrente o desdobramento em dativo. Por outro lado, umas décadas mais tarde, ou seja, a partir de meados do século I da nossa era, se esta periodização está correcta, acrescentar-se-á *S(acrum)*, o que poderá corresponder à necessidade sentida de se esclarecer que não se trata de mera dedicatória mas de uma verdadeira consagração: o monumento passa a estar consagrado, dotado, por via disso, de um carácter sagrado e, como tal, inviolável. Dentro dessa lógica, a inicial omissão de *sacrum* corresponderá a uma não-necessidade: não era preciso escrever, porque se subentendia. A partir do momento em que começaram a verificar-se violações, é que a necessidade terá surgido. Só bastante mais tarde – porventura no século III e em determinadas zonas do Império – se recorrerá a outros expedientes como o de amaldiçoar ou multar quem ouse tentar uma violação. Na estela funerária de Fábba Albana, achada em Alcaudete (Jaén) (González Román 1995: 210-213, lám. V), escreve-se, no final: *Hunc locum violandum qui putaverit rei publicae Aiungitanorum solvet hs. XX (millia)*, “Quem pensar em violar este lugar deverá pagar 20 000 sestércios à república dos Aiungitanos”¹.

Torna-se comum afirmar que, numa inscrição incompleta, o que falta é que, do ponto de vista histórico, mais interessava saber. Nem sempre se tem razão; aqui, porém, faltando-nos a identificação do defunto, falta-nos, na verdade, o essencial. Cumpre, pois, ao epigrafista, com os dados existentes, aventar uma hipótese de reconstituição. Pode tentar-se, ainda que seja sempre uma hipótese.

Assim, atendendo, primeiro, ao contexto humano – de escravos e libertos – que atrás se fazia referência; ao espaço disponível; e, terceiro, ao facto de haver dois nomes, um terminado em *S* (a apontar para um nominativo em *-us*) e outro começado por *LA* – a menção de um escravo não teria cabimento. Será, por conseguinte, um liberto, com *tria nomina*, sendo o *cognomen* etimologicamente grego. Partindo dessas premissas,

1 Sobre este tipo de multas, pode consultar-se com proveito: Rossi 1975.

a reconstituição L(*ucius*) [IVLIV]S LA[CON] poderá resultar válida, com base (não isenta de fragilidade, tenha-se em conta) na circunstância de, noutra epígrafe de Tróia (IRCP 211), termos o liberto *L. Iulius Valens*; fragilidade que reside, desde logo, na presença de um outro (provavelmente também) liberto, *L. Vibius Callistratus* (IRCP 221). Se preferíssemos apontar para as relações comerciais, muito prováveis, de Tróia com a costa meridional (agora algarvia) – deparar-nos-íamos com *L. Aelius Superstes* num rol de libertos (IRCP 10), de *Ossonoba*, e *T(itus) Manlius Lacon*, em Alfundanga, perto de Olhão (IRCP 47). *Iulius, Vibius, Aelius* – poderia, por conseguinte, qualquer um desses gentílios ser o que esteve na epígrafe; a preferência por *Iulius* resulta meramente aleatória. A escolha de *Lacon*, por seu turno, reveste-se, no entanto, de maior grau de certeza.

Não se pelejará, todavia, por atribuir a *Lacon* uma origem espartana, porque bem se sabe já que dar um nome de ressonâncias gregas era benquisto pelos senhores, sem que tal implicasse naturalidade².

Importa, por isso, abrir aqui um parêntesis. É que, se Duthoy (1970: 88-89) não hesitou em afirmar, em 1970, que «o interesse dado à onomástica e, mais especialmente, ao *cognomen*, visando estabelecer a composição da população no que respeita à origem étnica e ao estatuto jurídico não cessa de crescer», na década de 30, Leslie Francis Smith rejeitara a teoria segundo a qual se pretendia que o *cognomen* bastava para determinar o estatuto do indivíduo que o tem. Actualmente, adopta-se, como era de esperar, uma atitude mais contemporizadora e atende-se, de modo especial, ao ambiente onomástico em que esses testemunhos ocorrem. A citada opinião de Robert Étienne colheu, no âmbito da Hispânia, amplo consenso e justificará a opção pelo *cognomen Lacon* na epígrafe de que estamos a tratar.

Faleceu *Lacon* com 60 anos. É frequente o arredondamento por lustros, quiçá por influência dos censos quinquenais, e referir que alguém morreu aos 60 anos constitui, na altura, o equivalente a afirmar que faleceu com *provecta* idade.

2 “A imposição dum nome grego resulta dum fenómeno psicológico: urge mostrar-se à altura de uma cultura” (Étienne 1977: 292).

Em síntese, ainda que – por a pequena placa continuar ‘perdida’ no acervo do Museu Nacional de Arqueologia – se não possam dar, ainda, as dimensões, recapitula-se a proposta de leitura:

D(iis) M(anibus) / L(ucius) [IVLIV?]S / LA[CON] AN(norum) LX
(sexaginta) / H(ic) S(itus) E(st)

Aos deuses Manes. Aqui jaz Lúcio Júlio (?) Lacão, de 60 anos.

3. A DECORAÇÃO

A análise do monumento não ficaria completa se não se fizesse referência aos dois objectos nele gravados a buril.

92 A atitude científica perante um caso como este é dúplice: ou se considera que há a cópia de uma realidade ou se pretende apenas sugerir os objectos, sem preocupação realista. Sucede o mesmo connosco quando nos pedem para desenhar uma árvore: não há a intenção de desenhar uma figueira ou um cipreste, ainda que o nosso desenho se possa assemelhar a uma ou a outro e uma interpretação psicológica sempre nos levaria a pensar que não foi sem uma razão que preferimos uma forma a outra. Por outro lado, importa esclarecer que as semelhanças com a figueira ou o cipreste resultam do conhecimento de uma realidade.

Aplicando o raciocínio à observação dos dois objectos representados – que fariam, naturalmente, parte do ambiente visual do lapicida ou do encomendante do epitáfio – poderemos tentar identificá-los ou, simplesmente, confirmar que se trata de uma ânfora e de um potinho.

Por se nos afigurar garantido que se tratava de objectos do cotio do sexagenário, escrevi esta nota num livro sobre o porto de Setúbal, onde se incluiu, como ilustração, a imagem desta placa (Quintas 2003: 18):

“Não poderia o Porto de Setúbal estar dissociado, ao tempo dos Romanos, do que se passava na vizinha Tróia, do outro lado do rio. E, decerto, muita da actividade fabril e comercial tocava ambas as margens. O epitáfio que a figura mostra, mandado lavar em memória de um homem com 60 anos, ostenta como decoração gravada dois objectos, passíveis de ser interpretados como símbolo da profissão exercida pelo defunto: fabricante ou utilizador. Numa ou noutra função, esses “contentores” implicam a intervenção portuária, nomeadamente na exportação, pois quer se pretenda referir o conteúdo quer o recipiente propriamente dito, ânforas, preparados de peixe, vinho, azeite terão sido mercadoria frequente no estuário do Sado durante a época romana”.

Recorde-se o que, a princípio, se disse acerca de Tróia como grande centro de produção de *garum*, que requeria a utilização de material anfórico, como contentor de transporte, e de pequenos potes para facilitar o transvase do *garum*.

Solicitei o parecer do Doutor Jorge de Alarcão, que teve a amabilidade de assim classificar os objectos: urna de tipo Isings 65, que aparece em Pompeia, mas que continua a ser usada até ao século II; é o outro um anforisco de tipo Isings 60, “sendo raros os exemplares datáveis” (IRCP: 290).

Ao preferir um relacionamento com o mundo do vidro – C. Isings publicou, em 1957, uma obra, ainda hoje de referência no estudo dos vidros romanos –, o Professor Alarcão apontou no sentido de haver aqui, preferentemente, uma alusão a objectos, genericamente chamados de unguentários, a colocar junto do cadáver ou mesmo nas suas cinzas, como símbolo do cuidado havido em perfumar o corpo do defunto.

O texto que transcrevi vai, por conseguinte, numa outra direcção: a da identificação da actividade exercida em vida pelo sexagenário. Foi fabricante de ânforas ou seu grande utilizador no âmbito comercial. Na verdade, não pondo de parte, porque possível, a hipótese de Jorge de Alarcão, a proximidade da grande fábrica de preparados de peixe e de importantes fornos de ânforas, em Abul e na Herdade do Pinheiro (Mayet & Silva 1998

e 2002), levam-me a propor que, mesmo não retratando determinadas tipologias, se está perante a representação de uma ânfora e de um potinho e o que se pretendeu mostrar foi a actividade primordial em que o defunto se notabilizou, a exemplo do que noutros casos acontece (Encarnação 1998: 111-118). Guilherme Cardoso, cuja opinião agradeço, classificou a ânfora como sendo uma Almagro 51 C, contentor fabricado no estuário do Sado e usado a partir de finais do século III, até ao século V, sobretudo, no IV (Fig. 4).



Fig. 4 - Ânfora do tipo Almagro 51C.
Foto de Guilherme Cardoso.

No que respeita à representação de ânforas em epígrafes, o índice de CIL II (p. 1204, no apartado dos 'ornamenta varia') cita as inscrições nºs 38 e 5832. No primeiro caso, uma ara funerária de Alfundão (IRCP 331), a função é meramente decorativa e trata-se de um *cantharus* e não de uma ânfora; no segundo, há, na verdade, uma ânfora de cada lado do monumento – profusamente decorado, diga-se – com um cacho de uvas. Também aqui, a função é decorativa e de simbologia funerária.

Ou seja: haverá, naturalmente, no conjunto da epigrafia do mundo romano outras representações semelhantes às desta placa; não se dispõe,

porém, por enquanto, de informação facilmente acessível e a consulta dos muitos *corpora* epigráficos existentes, com índices minuciosos, será, neste momento, o caminho a seguir.

EM CONCLUSÃO

A brevíssima síntese histórica acerca do sítio arqueológico de Tróia visou o enquadramento deste achado.

A análise efectuada permitiu avançar uma proposta de restituição do texto incompleto, a mostrar o que pode ser o trabalho do epigrafista.

Por outro lado, a singularidade da decoração deu azo a que se reflectisse sobre a possibilidade de vir a conhecer-se o seu real significado, sendo certo que a intenção meramente estética é, neste caso, de se rejeitar; e a possibilidade de estarmos perante a vontade de retratar objectos de uso quotidiano por parte do defunto afigura-se bastante plausível. Se se quis representar determinado tipo de ânfora, concreto, ou se o artífice apenas quis sugerir a actividade mercantil ou de produção, sem se preocupar com um retratar objectivo – é questão que já não pode ser resolvida, ainda que tenha havido também, por parte do epigrafista, uma proposta de identificação.

95

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J., Barroca, M. (2012), *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto.
- Almeida, D. F. de, Paixão, J., Paixão, A. (1978), “Um tipo raro de sepultura romana (Tróia), *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 321-335.
- Cabral, M. (1976), “A representação do crísmo nas lucernas tardias de Tróia (Setúbal)”, *Setúbal Arqueológica* I: 163-167.
- Castelo Branco, F. (1956), “O problema da identificação de Cetóbriga com as ruínas de Tróia de Setúbal”, *Brotéria* 58. 6: 703-709.
- Castelo Branco, F. (1963), “Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal”, *Ocidente* 65. 304: 79-96.

- CIL II = Hübner, E. (1869 e 1892), *Corpus Inscriptionum Latinarum - II*. Berlim.
- Duthoy, R. (1970), “Notes onomastiques sur les *Augustales*. *Cognomina* et indication de statut”, *AC* 39: 88-105.
- Encarnação, J. d’ (1984), “A população romana de Tróia”, *Património* 2: 15-17.
- Encarnação, J. d’ (1986), “Inscrições romanas do *conventus Pacensis* – Aditamento”, *Trabalhos de Arqueologia do Sul* I: 99-109.
- Encarnação, J. d’ (1998), *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra.
- Étienne, R. (1977), “Remarques sur l’onomastique romaine d’Espagne”, in *L’Onomastique Latine*, Paris: 291-292.
- Étienne, R., Makaroun, Y., Mayet, F. (1994), *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*, Paris.
- Étienne, R., Mayet, F. (eds.) (1997), *Itinéraires Lusitaniens (Trente années de collaboration archéologique luso-française)*, Paris.
- Étienne, R., Mayet, F. (2002), *Les Salaisons et Sauces de Poisson Hispaniques*, Paris.
- González Román, C. (1995), “Inscripciones latinas de la provincia de Jaén. Supplementum I”, *Florentia Iliberritana* 6: 203-216.
- IRCP = Encarnação, J. d’ (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis - Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra. [O número indica o nº da inscrição no catálogo].
- Isings, C. (1957), *Roman Glass from dated Finds*, Jacarta.
- Mayet, F., Silva, C. (1998) – *L’atelier d’amphores de Pinheiro (Portugal)*, Paris.
- Mayet, F., Silva, C. (2002) – *L’atelier d’amphores d’Abul (Portugal)*, Paris.
- Nunes, L. (1974-1977), “Tesouro de moedas romanas encontradas em Tróia”, *O Arqueólogo Português* 3ª série 7-9: 359-364.
- Quintas, M. (2003), *Porto de Setúbal: Um actor de desenvolvimento*, Setúbal.
- Rossi, A. M. (1975), “Ricerche sulle multe sepolcrali romane”, *RSA* 5: 111-159.
- Silva, C. T. da, Cabrita, M. G. (1967), “O problema da destruição da povoação romana de Tróia de Setúbal”, *Revista de Guimarães* 76: 147-156.
- Smith, L. F. (1934), “The significance of Greek Cognomina in Italy”, *CPh* 29: 145-147.